

MERCOSUR/PM/SO/REC.

**RECOMENDAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE UM SISTEMA REGIONAL DE
ALERTA ANTECIPADO BASEADO NA TECNOLOGIA CELL BROADCAST
NO ÂMBITO DO MERCOSUL**

VISTO:

O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, que consagram, entre outros princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social, a solidariedade, a cooperação regional, a participação cidadã e a integração latino-americana;

O Acordo sobre o Aquífero Guaraní (2010), ratificado pelos Estados Partes do MERCOSUL;

As diretrizes da Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR);

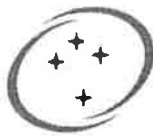
O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030, que estabelece como prioridade a ampliação de sistemas de alerta precoce, eficazes, multissetoriais e acessíveis a todos;

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 e 13;

O Acordo de Paris sobre o Clima.

CONSIDERANDO:

Que os eventos climáticos extremos, como enchentes, secas, tempestades e deslizamentos de terra, vêm se intensificando nos países do MERCOSUL, exigindo sistemas de resposta coordenada e tecnologias de alerta que garantam comunicação eficiente, massiva e segura à população;



Que a tecnologia Cell Broadcast permite o envio simultâneo de mensagens a todos os dispositivos móveis em uma área geográfica delimitada, sem a necessidade de cadastro prévio, com funcionamento mesmo em situações de sobrecarga das redes móveis;

Que o Brasil já opera um sistema nacional de alertas via Cell Broadcast, o “Defesa Civil Alerta”, coordenado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, em cooperação com a ANATEL, operadoras de telefonia e órgãos estaduais e municipais;

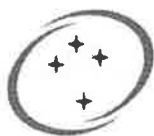
Que, na Argentina, embora o Cell Broadcast ainda não esteja implementado, sistemas locais como Alerta Tigre e Alerta Bahía Blanca utilizam tecnologias móveis para alertas municipais, e há iniciativas legislativas em andamento para adoção de tecnologias de alerta em escala nacional;

Que, no Paraguai, o aplicativo “911”, lançado pela CONATEL e o Ministério do Interior, permite envio automático de localização durante emergências e integra funcionalidades como botão de emergência e comunicação em tempo real com os centros de resposta;

Que, no Uruguai, o Sistema Nacional de Emergências (SINAE) coordena ações de alerta e resposta, com apoio do aplicativo Emergência 9-1-1, e encontra-se em fase de desenvolvimento o sistema Alerta Amber, voltado a desaparecimentos e emergências envolvendo crianças e adolescentes;

Que, embora o MERCOSUL ainda não disponha de um sistema regional unificado de alerta para emergências climáticas, os Estados Parte contam com estruturas nacionais relevantes — como o SINAE e o Instituto Uruguaio de Meteorologia (Inumet), que emite alertas com base em níveis de intensidade (amarelo, laranja, vermelho) —, evidenciando o potencial de cooperação técnica e interoperabilidade para a criação de um mecanismo comum de alcance regional;

Que a Organização das Nações Unidas, por meio da iniciativa “Alertas Precoce para Todos” (Early Warnings for All), lançada em 2022, estabeleceu



a meta de garantir que todas as pessoas no planeta estejam protegidas por sistemas de alerta precoce até 2027, reconhecendo que tais sistemas são medidas eficazes e econômicas para salvar vidas e reduzir perdas econômicas;

Que, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os Sistemas de Alerta Precoce Multirrisco (MHEWS) baseados em impacto e centrados nas pessoas têm grande potencial para evitar riscos de desastres e minimizar perdas e danos causados por perigos relacionados ao clima, apoiando decisões bem informadas e baseadas na ciência;

Que a implementação de sistemas de alerta precoce multirrisco, conforme os quatro pilares definidos pela ONU — conhecimento e gestão de riscos, observações e previsões, disseminação e comunicação de alertas, e preparação para resposta —, é fundamental para fortalecer a resiliência das comunidades frente aos impactos das mudanças climáticas;

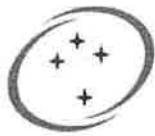
Que a articulação regional entre os sistemas de alerta dos Estados Parte do MERCOSUL representa uma oportunidade estratégica de fortalecer a resiliência comunitária, a cooperação fronteiriça e a governança regional de riscos;

Que a harmonização normativa e a interoperabilidade técnica são condições fundamentais para a criação de um Sistema Regional de Alerta Antecipado, eficaz, inclusivo e em consonância com os princípios de soberania, cooperação e solidariedade internacional.

O PARLAMENTO DO MERCOSUL

RECOMENDA AO CMC:

Art. 1º. Que os Estados Partes, promovam, de forma coordenada e progressiva, a criação de um Sistema Regional de Alerta Precoce no MERCOSUL, baseado na tecnologia Cell Broadcast, em articulação com as



autoridades nacionais competentes em proteção civil, telecomunicações, gestão de riscos e mudança climática.

Art. 2º. Que os sistemas de alerta adotados incorporem uma abordagem multirrisco e centrada nas pessoas, baseada nos seguintes eixos:

- I. Compreensão e monitoramento contínuo dos riscos;
- II. Serviços de observação, previsão e detecção oportuna;
- III. Comunicação clara, acessível e geograficamente precisa das alertas;
- IV. Preparação e capacidade de resposta efetiva por parte das comunidades.

Art. 3º. Que sejam desenvolvidos marcos normativos e regulamentares comuns entre os Estados Partes, de forma progressiva, com o objetivo de harmonizar critérios técnicos, jurídicos, operativos e de acessibilidade para a emissão de alertas públicos.

Art. 4º. Que sejam estabelecidos protocolos de interoperabilidade regional que permitam a emissão coordenada de alertas em situações de emergência que afetem múltiplos países ou zonas transfronteiriças.

Art. 5º. Que sejam promovidos programas de capacitação técnica, intercâmbio de experiências e apoio institucional no marco da cooperação regional vigente, voltados à consolidação de capacidades locais e nacionais para a operação dos sistemas de alerta.

Art. 6º. Que os sistemas de alerta implementem medidas de acessibilidade universal, incluindo formatos adaptados, linguagem clara e múltiplos canais de difusão, assegurando a recepção das mensagens por todas as pessoas, em especial aquelas em situação de maior vulnerabilidade.



PARLAMENTO
DEL MERCOSUR
PARLAMENTO
DO MERCOSUL

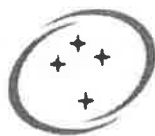
COMISSÃO ESPECIAL DE EMERGÊNCIA
AMBIENTAL E SANITÁRIA

Art. 7º. Que os Estados Partes cooperem no intercâmbio de dados, tecnologias e boas práticas, assegurando a melhoria contínua dos sistemas e sua integração nas políticas de gestão ambiental e de riscos.

Art. 8º. Que o Conselho do Mercado Comum encaminhe a presente Recomendação, para estudo e deliberação técnica, aos Subgrupos de Trabalho nº 2 (Aspectos Institucionais), nº 3 (Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade) e nº 6 (Meio Ambiente), a fim de que elaborem as propostas correspondentes para sua implementação coordenada.

Art. 9º. Que o Conselho do Mercado Comum informe ao Parlamento do MERCOSUL sobre os avanços na implementação da presente Recomendação, no marco dos informes anuais.

Heitor Schuch
Presidente da Comissão Especial de Emergência
Ambiental e Sanitária



MERCOSUR/PM/SO/REC.

RECOMENDACIÓN SOBRE LA CREACIÓN DE UN SISTEMA REGIONAL DE ALERTA TEMPRANA BASADO EN LA TECNOLOGÍA CELL BROADCAST EN EL ÁMBITO DEL MERCOSUR

VISTO:

El Tratado de Asunción, el Protocolo de Ouro Preto y el Protocolo Constitutivo del Parlamento del MERCOSUR, que consagran, entre otros principios, la promoción del desarrollo sostenible con justicia social, la solidaridad, la cooperación regional, la participación ciudadana y la integración latinoamericana;

El Acuerdo sobre el Acuífero Guaraní (2010), ratificado por los Estados Parte del MERCOSUR;

Las directrices de la Reunión de Ministros y Altas Autoridades de Gestión Integral de Riesgos de Desastres (RMAGIR);

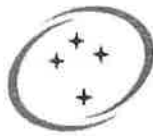
El Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015–2030, que establece como prioridad la ampliación de sistemas de alerta temprana eficaces, multisectoriales y accesibles para todos;

La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, especialmente los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) 11 y 13;

El Acuerdo de París sobre el Clima.

CONSIDERANDO:

Que los eventos climáticos extremos, como inundaciones, sequías, tormentas y deslizamientos de tierra, se han intensificado en los países del MERCOSUR, exigiendo sistemas de respuesta coordinada y tecnologías de



alerta que garanticen una comunicación eficiente, masiva y segura para la población;

Que la tecnología Cell Broadcast permite el envío simultáneo de mensajes a todos los dispositivos móviles en una zona geográfica determinada, sin necesidad de registro previo y con funcionamiento incluso en situaciones de saturación de las redes móviles;

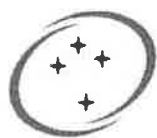
Que Brasil ya opera un sistema nacional de alertas mediante Cell Broadcast, el "Defensa Civil Alerta", coordinado por la Secretaría Nacional de Protección y Defensa Civil, en cooperación con ANATEL, operadoras de telefonía y organismos estatales y municipales;

Que, en Argentina, aunque el Cell Broadcast aún no está implementado, sistemas locales como Alerta Tigre y Alerta Bahía Blanca utilizan tecnologías móviles para alertas municipales, y existen iniciativas legislativas en curso para la adopción de tecnologías de alerta a escala nacional;

Que, en Paraguay, la aplicación "911", lanzada por CONATEL y el Ministerio del Interior, permite el envío automático de ubicación durante emergencias e integra funcionalidades como botón de emergencia y comunicación en tiempo real con los centros de respuesta;

Que, en Uruguay, el Sistema Nacional de Emergencias (SINAE) coordina acciones de alerta y respuesta, con el apoyo de la aplicación Emergencia 9-1-1, y se encuentra en fase de desarrollo el sistema Alerta Amber, orientado a desapariciones y emergencias que involucren a niños, niñas y adolescentes;

Que, si bien el MERCOSUR aún no dispone de un sistema regional unificado de alerta para emergencias climáticas, los Estados Parte cuentan con estructuras nacionales relevantes —como el SINAE y el Instituto Uruguayo de Meteorología (Inumet), que emite alertas basadas en niveles de intensidad (amarillo, naranja, rojo)—, lo cual evidencia el potencial de



cooperación técnica e interoperabilidad para la creación de un mecanismo común de alcance regional;

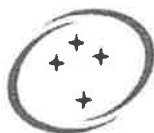
Que la Organización de las Naciones Unidas, mediante la iniciativa "Alertas Tempranas para Todos" (Early Warnings for All), lanzada en 2022, estableció la meta de garantizar que todas las personas del planeta estén protegidas por sistemas de alerta temprana para 2027, reconociendo que dichos sistemas son medidas eficaces y rentables para salvar vidas y reducir pérdidas económicas;

Que, según el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), los Sistemas de Alerta Temprana Multirriesgo (MHEWS), basados en impactos y centrados en las personas, tienen gran potencial para evitar riesgos de desastres y minimizar las pérdidas y daños causados por peligros relacionados con el clima, apoyando decisiones bien fundamentadas y basadas en la ciencia;

Que la implementación de sistemas de alerta temprana multirriesgo, conforme a los cuatro pilares definidos por la ONU —conocimiento y gestión de riesgos, observación y previsiones, difusión y comunicación de alertas, y preparación para la respuesta—, es fundamental para fortalecer la resiliencia de las comunidades frente a los impactos del cambio climático;

Que la articulación regional entre los sistemas de alerta de los Estados Parte del MERCOSUR representa una oportunidad estratégica para fortalecer la resiliencia comunitaria, la cooperación fronteriza y la gobernanza regional de riesgos;

Que la armonización normativa y la interoperabilidad técnica son condiciones fundamentales para la creación de un Sistema Regional de Alerta Temprana eficaz, inclusivo y en consonancia con los principios de soberanía, cooperación y solidaridad internacional.



EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

RECOMIENDA AL CMC:

Art. 1°. Que los Estados Parte promuevan, de forma coordinada y progresiva, la creación de un Sistema Regional de Alerta Temprana en el MERCOSUR, basado en la tecnología Cell Broadcast, en articulación con las autoridades nacionales competentes en protección civil, telecomunicaciones, gestión de riesgos y cambio climático.

Art. 2°. Que los sistemas de alerta adoptados incorporen un enfoque multirriesgo y centrado en las personas, basado en los siguientes ejes:

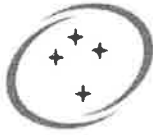
- I. Comprensión y monitoreo continuo de los riesgos;
- II. Servicios de observación, previsión y detección oportuna;
- III. Comunicación clara, accesible y geográficamente precisa de las alertas;
- IV. Preparación y capacidad de respuesta efectiva por parte de las comunidades.

Art. 3°. Que se desarrollen marcos normativos y reglamentarios comunes entre los Estados Parte, de manera progresiva, con el objetivo de armonizar criterios técnicos, jurídicos, operativos y de accesibilidad para la emisión de alertas públicas.

Art. 4°. Que se establezcan protocolos de interoperabilidad regional que permitan la emisión coordinada de alertas en situaciones de emergencia que afecten a múltiples países o zonas transfronterizas.

Art. 5°. Que se promuevan programas de capacitación técnica, intercambio de experiencias y apoyo institucional en el marco de la cooperación regional vigente, orientados a la consolidación de capacidades locales y nacionales para la operación de los sistemas de alerta.

Art. 6°. Que los sistemas de alerta implementen medidas de accesibilidad universal, incluyendo formatos adaptados, lenguaje claro y múltiples

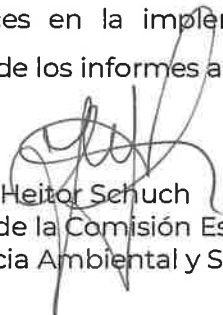


canales de difusión, asegurando la recepción de los mensajes por todas las personas, en especial aquellas en situación de mayor vulnerabilidad.

Art. 7°. Que los Estados Parte cooperen en el intercambio de datos, tecnologías y buenas prácticas, asegurando la mejora continua de los sistemas y su integración en las políticas de gestión ambiental y de riesgos.

Art. 8°. Que el Consejo del Mercado Común remita la presente Recomendación, para su estudio y deliberación técnica, a los Subgrupos de Trabajo N° 2 (Aspectos Institucionales), N° 3 (Reglamentos Técnicos y Evaluación de la Conformidad) y N° 6 (Medio Ambiente), a fin de que elaboren las propuestas correspondientes para su implementación coordinada.

Art. 9°. Que el Consejo del Mercado Común informe al Parlamento del MERCOSUR sobre los avances en la implementación de la presente Recomendación, en el marco de los informes anuales.



Heitor Schuch

Presidente de la Comisión Especial de
Emergencia Ambiental y Sanitaria

